



## **Dia de acção e de solidariedade da CES para um contrato social para a Europa**

Declaração adoptada pelo Comité Executivo da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) na reunião realizada a 17 de Outubro de 2012

---

1. A reunião do Comité Executivo da CES de 17 Outubro de 2012 apela a um dia de acção e solidariedade a 14 de Novembro de 2012, incluindo greves, manifestações, comícios e outras acções, com vista a mobilizar o Movimento Sindical Europeu para apoiar as políticas da CES, conforme estabelecido no Contrato Social para a Europa.
2. O Comité expressa a sua forte oposição às medidas de austeridade que estão a arrastar a Europa para a estagnação económica, de facto para uma recessão, bem como para o desmantelamento consecutivo do Modelo Social Europeu. Estas medidas, longe de restabelecerem a confiança, apenas servem para agravar os desequilíbrios e para criar injustiças.
3. Apesar de apoiar o objectivo de consolidação das contas, o Comité Executivo considera que apenas se poderá pôr fim à recessão pelo abrandamento das restrições orçamentais e pela eliminação dos desequilíbrios, com vista a atingir um crescimento económico sustentável e a coesão social, respeitando os valores consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais.
4. A consolidação orçamental teve um impacto mais nefasto do que o inicialmente previsto pelas Instituições, incluindo pela Comissão Europeia e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). De facto, o FMI reconhece hoje, que cometeu graves erros na previsão das consequências das medidas de austeridade sobre o crescimento. Este erro têm tido um impacto incalculável sobre o dia-a-dia dos trabalhadores e dos cidadãos representados pela CES, pondo em causa o fundamento integral das medidas de austeridade avançadas pelo Pacto Orçamental e impostas pela Troika.
5. O Comité Executivo toma nota da crescente oposição por parte dos cidadãos e dos trabalhadores e trabalhadoras dos países visados e reafirma o seu apoio às Organizações Sindicais filiadas que lutam por condições de trabalho e de vida dignas. Esta situação resulta da falta de coordenação das políticas económicas e da ausência de padrões sociais mínimos na Europa. Num contexto de livre circulação de capitais, que originou a concorrência entre Estados, em particular nos domínios das políticas fiscais, dos custos do trabalho e das condições sociais.
6. Reitera que o diálogo social e a negociação colectiva são elementos centrais do Modelo Social Europeu. Opõe-se firmemente aos ataques frontais contra esses direitos, tanto ao nível nacional como europeu. O Comité Executivo da CES apela a que se adotem e transponham, urgentemente, os acordos dos parceiros sociais europeus que se encontram atualmente em discussão no Conselho Europeu.

7. Reitera, igualmente, que é suposto que a União em consequência do Tratado “trabalhe para o desenvolvimento sustentável assente num crescimento equilibrado da economia e na estabilidade dos preços, numa economia social de mercado altamente competitiva, que vise o pleno emprego e o progresso social e um elevado nível de protecção e de melhoria da qualidade do ambiente”. Sublinha ainda que o apoio da CES ao Tratado de Lisboa se baseava fundamentalmente na integral aplicação destes objetivos.
8. O Comité faz notar que os debates se desenrolam actualmente entre as Instituições e os Governos sobre a oportunidade de novas alterações ao Tratado. Uma modificação de rumo é necessária e a prioridade deve ser dada à resolução da crise em concordância com os três pilares da nossa proposta de Contrato Social para a Europa, que continua a ser objeto de um apoio crescente. Este desiderato tem de ser articulado com o diálogo social & a negociação coletiva, a governação económica para um crescimento sustentável & o emprego e uma justiça económica, fiscal e social.
9. Insiste no facto de que uma solidariedade ativa, o progresso social e a responsabilidade democrática devem fazer parte integral do Projecto Europeu. Considera essencial que um Protocolo de Progresso Social seja incluído como parte integrante e operacional de qualquer novo tratado. Baseada nestes pressupostos, a CES avaliará todos os novos desenvolvimentos da integração Europeia.